

N.º Subscritor	Posto	Nome
319530	Sargento-Chefe. . . . .	Fernando José Ribeiro da Fonseca.
321619	Sargento-Ajudante. . . . .	Fernando dos Santos Gomes.
322392	Sargento-Chefe. . . . .	Fernando Gariso Duque Cordeiro.
325165	Sargento-Ajudante. . . . .	António José Costa da Silva.

3 de maio de 2018. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Rui Xavier Matias*, TGen. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Rita Cristóvão*, Licenciada.

311330322

## Exército

### Comando do Pessoal

#### Aviso (extrato) n.º 7158/2018

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e nos termos do n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que, por despacho de 27 de outubro de 2017 do Tenente-General Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, no uso da competência delegada no âmbito do Comando do Pessoal, foi autorizada a consolidação da mobilidade na carreira/categoria à Assistente Técnica Aurisia Cerqueira de Miranda, passando a integrar um posto de trabalho no Mapa de Pessoal Civil do Exército, com efeitos a 01 de novembro de 2017, mantendo a mesma posição remuneratória da situação jurídico-funcional de origem.

17/05/2018. — O Chefe da Repartição, *Manuel da Cruz Pereira Lopes*, Cor. Inf.

311359865

## ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 5301/2018

Ao abrigo do Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste em Matéria de Segurança Interna, assinado em Lisboa em 27 de setembro de 2011, e nos termos conjugados do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março, que aprovou o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMG NR), e por proposta do Comandante Geral da GNR, autorizo, por um período de 3 anos, prorrogável uma única vez, a manutenção do exercício de funções de assessor do Ministro da Segurança e Defesa da República Democrática de Timor-Leste ao Tenente-Coronel Luís Manuel Martins Candeias.

Estando reunidos os requisitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 71.º do EMG NR, o militar prestará serviço em comissão normal.

A remuneração do nomeado será efetuada nos termos definidos no Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste em Matéria de Segurança Interna, assinado em Lisboa em 27 de setembro de 2011.

O presente despacho produz efeitos à data de 09 de fevereiro de 2018.

17 de maio de 2018. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311359395

#### Despacho n.º 5302/2018

Ao abrigo do Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste em Matéria de Segurança Interna, assinado em Lisboa em 27 de setembro de 2011, e nos termos conjugados do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março que aprovou o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana (EMG NR), e por proposta do Comandante Geral da GNR, autorizo, a extensão da manutenção do exercício de funções de Assessor do Comandante da Unidade de Polícia da Polícia Nacional de Timor-Leste ao Tenente-Coronel José Luís dos Santos Alves até 30 de junho de 2018.

Estando reunidos os requisitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 71.º do EMG NR, o militar prestará serviço em comissão normal.

A remuneração do nomeado será efetuada nos termos definidos no Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República

Democrática de Timor-Leste em Matéria de Segurança Interna, assinado em Lisboa em 27 de setembro de 2011.

O presente despacho produz efeitos à data de 13 de março de 2018.

17 de maio de 2018. — O Ministro da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

311359362

## Secretaria-Geral

#### Despacho (extrato) n.º 5303/2018

Por despachos de 15 de maio de 2018, da Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna, em substituição do Ministro da Administração Interna, nos termos do n.º 7 do Despacho n.º 10673/2017, publicado no DR 2.ª série n.º 235, de 7 de dezembro de 2017, foi subdelegado nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do CCP, no Secretário-Geral da Administração Interna, licenciado Carlos Manuel Silvério da Palma, todas as demais competências atribuídas pelo CCP ao órgão competente para a decisão de contratar, com exceção da adjudicação e da outorga dos contratos, e no Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Tenente-General Carlos Manuel Mourato Nunes, a competência para a outorga dos contratos, no âmbito dos procedimentos de contratação pública n.ºs 50/DSUMC/2018, 51/DSUMC/2018 e 52/DSUMC/2018 referentes à aquisição de serviços de locação de 10, 7 e 3 meios aéreos complementares para combate a incêndios florestais, respetivamente.

17 de maio de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos Manuel Silvério da Palma*.

311359338

## JUSTIÇA

## Secretaria-Geral

#### Aviso n.º 7159/2018

A Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ) pretende recrutar para o exercício de funções na Direção de Serviços de Apoio Especializado, Recursos Documentais e Relações Públicas (DSAE), um (1) assistente técnico, por recurso à mobilidade na carreira/categoria, nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), na sua redação atual, com a seguinte caracterização:

1 — Tipo de oferta — mobilidade na carreira/categoria.

2 — Carreira/categoria — assistente técnico.

3 — N.º de postos de trabalho — Um (1).

4 — Remuneração — correspondente à posição e nível remuneratório detidos na categoria de origem, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro — Lei do Orçamento do Estado para 2018, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração pública central do Estado.

5 — Caracterização do posto de trabalho — as características enquadraíveis no conteúdo funcional correspondente à carreira/categoria de assistente técnico (grau de complexidade de nível II), tal como se encontra definido, por remissão do artigo 88.º da LTFP, no mapa anexo à referida Lei.

6 — Principais atividades a desenvolver: abertura de correspondência recebida na SGMJ; classificação, captura e registo de correspondência recebida em sistema de gestão documental; registo e captura de correspondência a expedir em sistema de gestão documental; preenchimento de formulários CTF; recolha e tratamento de dados estatísticos, no âmbito da gestão de correspondência; gestão e registo de correio eletrónico institucional da SGMJ; distribuição e arquivo de correspondência.

7 — Experiência profissional requerida — Os(as) candidatos(as) deverão deter experiência profissional nas seguintes áreas de intervenção:

- a) Registo de entrada de correspondência em sistemas de gestão documental;
- b) Registo de saída correspondência em sistemas de gestão documental;
- c) Gestão de contas de correio eletrónico institucional;
- d) Distribuição e arquivo de correspondência.

Será também valorada a experiência e os conhecimentos de informática, na ótica do utilizador, em particular, folha de cálculo Excel e processador de texto.

8 — Requisitos de admissão:

8.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público previamente constituída, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e estar integrado na carreira/categoria de assistente técnico.

8.2 — Ser titular do 12.º ano de escolaridade ou curso que lhe seja equiparado.

9 — Métodos de seleção — Avaliação curricular complementada por entrevista pública.

10 — Local de trabalho — Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, Rua do Ouro, n.º 6, 1149-019 Lisboa.

11 — Prazo de apresentação de candidaturas — 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso.

12 — Formalização das candidaturas — As candidaturas deverão ser formalizadas no prazo de 10 dias úteis, a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, ou Bolsa de Emprego Público (BEP), mediante requerimento dirigido ao Secretário-Geral do Ministério da Justiça, tendo como assunto «Recrutamento por mobilidade — referência AT — DSAE», entregues em mão, em envelope fechado, no serviço responsável pelo expediente da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, durante as horas normais de atendimento (das 9,00 horas às 17,00 horas) ou remetidas pelo correio, com aviso de receção, até ao termo do prazo fixado, para Rua do Ouro, n.º 6, 1149-019 Lisboa.

13 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do trabalhador e menção expressa do vínculo detido, carreira/categoria e serviço onde exerce funções, bem como, posição remuneratória e nível remuneratório e a correspondente remuneração;
- b) Identificação da morada, contacto telefónico e endereço de correio eletrónico para onde deve ser dirigida a correspondência;
- c) Indicação dos documentos que acompanham a candidatura.

14 — Das candidaturas deverão constar os elementos necessários para uma correta apreciação do candidato, devendo o requerimento ser obrigatoriamente acompanhado, sob pena de exclusão, dos documentos abaixo indicados, colocados em envelope fechado com a referência «Recrutamento por mobilidade — referência AT — DSAE»:

- a) *Curriculum Vitae*, detalhado em termos de funções exercidas e períodos de tempo correspondentes, devidamente atualizado, datado e assinado;
- b) Documento emitido pelo serviço de origem, com indicação do tempo de serviço detido, na função pública, carreira e categoria;
- c) Declaração de funções emitida pelo serviço de origem com reporte das funções desempenhadas nos últimos cinco anos;
- d) Fotocópia simples do documento comprovativo das habilitações literárias;
- e) Fotocópias simples dos documentos comprovativos das ações de formação profissional, realizadas nos últimos cinco anos, desde que, relacionadas diretamente com a atividade a que se destina o presente recrutamento por mobilidade.

14.1 — Poderão ser solicitados elementos adicionais, no âmbito da análise das candidaturas.

15:

Presidente — Lic. Vítor Salgueiro, diretor de serviços.

Vogais efetivos:

Lic. Alexandra Louro, chefe de divisão, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos.

Lic. Ana Ah-Kaw, técnica superior.

Vogais suplentes:

Lic. Albertina Catrola, técnica superior.

Maria da Conceição Pimentel, assistente técnica.

A presente oferta de emprego será publicitada na 2.ª série do *Diário da República* e em [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte e estará ainda disponível na página eletrónica da SGMJ, em <http://www.sg.mj.pt/sections/recursos-humanos/mobilidade-interna>.

17 de maio de 2018. — O Secretário-Geral, *Carlos José de Sousa Mendes*.

311360082

## JUSTIÇA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E ECONOMIA

Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

### Aviso (extrato) n.º 7160/2018

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º, conjugado com a alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se todos os candidatos ao procedimento concursal comum de recrutamento de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, aberto pelo Aviso n.º 14722/2017, de 7 de dezembro, que a Lista Unitária de Ordenação Final devidamente homologada por meu despacho datado de 26/04/2018, se encontra afixada em local visível e público no edifício sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., em Campo das Cebolas, 1149-035 Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na sua página eletrónica em [www.marcaspatentes.pt](http://www.marcaspatentes.pt). Do ato de homologação pode ser interposto recurso hierárquico nos termos do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

2 de maio de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Leonor Trindade*.

311323705

### Aviso (extrato) n.º 7161/2018

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º, conjugado com a alínea d) do n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, notificam-se todos os candidatos ao procedimento concursal comum de recrutamento de 11 postos de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, aberto pelo Aviso n.º 14246/2017, de 28 de novembro, que a Lista Unitária de Ordenação Final devidamente homologada por meu despacho datado de 26/04/2018, se encontra afixada em local visível e público no edifício sede do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P., em Campo das Cebolas, 1149-035 Lisboa, encontrando-se igualmente disponível na sua página eletrónica em [www.marcaspatentes.pt](http://www.marcaspatentes.pt). Do ato de homologação pode ser interposto recurso hierárquico nos termos do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

2 de maio de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Leonor Trindade*.

311323754

### Aviso (extrato) n.º 7162/2018

Nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, considerando a impossibilidade de dois dos elementos integrarem a composição do Júri do procedimento concursal publicitado através do Aviso n.º 15001/2017, de 14 de dezembro, torna-se público que, por despacho do Conselho Diretivo de 12/04/2018, a composição do Júri do referido procedimento concursal passou a ser a seguinte:

Presidente — Maria José Cruz — Diretora da Direção de Organização e Gestão

1.º Vogal efetivo — Marisa Luís — Chefe do Departamento de Recursos Financeiros

2.º Vogal efetivo — Maria Helena Silva — Chefe do Departamento de Recursos Humanos e de Apoio ao Cliente

O Presidente de júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º Vogal efetivo Marisa Luís

1.º Vogal suplente — António Bettencourt da Silva — Técnico superior do Departamento de Recursos Financeiros

2.º Vogal suplente — Maria Antónia Quintela — Técnica superior do Departamento de Recursos Humanos e de Apoio ao Cliente

2 de maio de 2018. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Leonor Trindade*.

311322944

### Deliberação n.º 649/2018

O artigo 75.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP) da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, atribui à entidade empregadora pública a competência para elaborar e definir regulamentos internos contendo normas de organização e disciplina no trabalho, dentro dos condicionalismos legais, e após ouvir a comissão de trabalhadores ou, na sua falta, quando existam, a comissão sindical ou intersindical ou os delegados sindicais.